



Número: **0800028-22.2020.8.15.0201**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Ingá**

Última distribuição : **21/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE IVANILDO MARTINS DA SILVA (AUTOR)		antonio anizio neto (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27579 923	21/01/2020 11:07	Petição Inicial	Petição Inicial
27579 926	21/01/2020 11:07	ação dpvat invalidez JOSEÉ IVANILDO INGA	Outros Documentos
27579 929	21/01/2020 11:07	PROCURAÇÃO E DOCUMENTOS JOSE IVANILDO DPVAT INGA-otimizado-1	Documento de Comprovação
27579 938	21/01/2020 11:07	PROCURAÇÃO E DOCUMENTOS JOSE IVANILDO DPVAT INGA-otimizado-2	Documento de Comprovação
27579 941	21/01/2020 11:07	PROCURAÇÃO E DOCUMENTOS JOSE IVANILDO DPVAT INGA-otimizado-3	Documento de Comprovação
27579 946	21/01/2020 11:07	PROCURAÇÃO E DOCUMENTOS JOSE IVANILDO DPVAT INGA-otimizado-4	Documento de Comprovação
27580 349	21/01/2020 11:07	PROCURAÇÃO E DOCUMENTOS JOSE IVANILDO DPVAT INGA-otimizado-5	Documento de Comprovação
28196 855	12/02/2020 09:27	Despacho	Despacho
28568 575	27/02/2020 08:00	Petição	Petição
29540 745	31/03/2020 21:36	Sentença	Sentença

MM JUIZ, PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS EM PDF ANEXOS.



EXMO. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE INGÁ-PB.

JOSÉ IVANILDO MARTINS DA SILVA – CPF 504.399.524-68, brasileiro, casado, ajudante de pedreiro, residente e domiciliado ao Sítio Melancia, s/n, Área Rural, Itatuba-PB, CEP. 58.378-000, por via de seu advogado no final assinado, legalmente constituído por instrumento de mandato anexo, com escritório na Rua Prof. Alice Azevedo, 270, Centro, João Pessoa-PB, CEP. 58.013-480, telefones: 3221-2438 e 99984-4072, e-mail: anizio-adv@hotmail.com, vem respeitosamente, à ilustre presença de V. Exa., ajuizar a presente AÇÃO ORDINARIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – INVALIDEZ – Face SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S/A, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

DOS FATOS E DO DIREITO:

Que no dia 28 de Março do ano de 2019, o autor no período noturno, por volta das 20h00min, quando se deslocava do trabalho para sua residência, em sua motocicleta modelo Honda/CG 125 FAN, ano 2012, de cor preta, placa OFF 7388/PB, no momento em que estava realizando a travessia que passa entre a cidade de Campina Grande-PB, mais precisamente na Alça Sudoeste, em frente ao prédio da Energisa, um motorista imprudente, ao realizar uma ultrapassagem indevida, veio a jogar o autor e seu filho, que neste fato estava na garupa da motocicleta, para o acostamento, tendo o autor perdido o controle, e, conseqüentemente, tendo sido arremessado ao solo juntamente com seu filho, onde o autor bateu a cabeça ao solo, perdendo a consciência, e ficado desacordado.

Após o sinistro, o autor foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), onde fora realizado os primeiros procedimentos de rotina e encaminhado para o Hospital de Trauma de Campina Grande-PB, e, devido as fraturas sofridas, o autor fora submetido a cirurgia, bem como



a tratamento especializado, ficando, necessariamente, afastado de suas atividades habituais, uma vez que, devido ao acidente supracitado, o autor quebrou a clavícula esquerda e o joelho esquerdo, dentre outros traumas, conforme boletim de ocorrência e laudo médico em anexo.

Diante de tal fato, o suplicante, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), cujo valor deverá ser devidamente corrigido e atualizado.

OS DOCUMENTOS APRESENTADOS FAZEM PROVAS SUFICIENTES DA INCAPACIDADE DO REQUERENTE, DEVENDO SER RECONHECIDO O DIREITO A INDENIZAÇÃO, COM JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO, E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 340, OU SEJA, A PARTIR DO DIA 15-03-2017, DATA QUE OS VALORES FORAM CONGELADOS E A PARTIR DAÍ, NUNCA TIVERAM REAJUSTE.

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO no grau a ser apurado em perícia judicial, com a devida correção monetária que deverá incidir a partir do dia 28-03-2019. [DPVAT](#).

O autor socorreu a esfera administrativa, e teve seu pedido indeferido ao fundamento de **ausência de documentos**, conforme anexos, o que só resta ajuizar a presente ação, buscando seus direitos, atinentes aos valores do seguro DPVAT, invalidez, cujo montante deverá ser aferido por perícia médica judicial, onde indicará o percentual, nos termos da Lei 11.482/2007.

DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro [DPVAT](#) compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e



suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº [6.194/74](#), que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA –
DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE
OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE
DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei [6.194/74](#), § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”...

Nos termos do artigo 5º da Lei nº [6.194/74](#), *“o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”.*

Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.

O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA,



NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.

Assim, não resta dúvida da procedência da ação, com a condenação da promovida no pagamento de indenização do seguro DPVAT, no valor de R\$ 13.500,00, ou valor proporcional ao dano/invalidéz a ser apurado no laudo da perícia médica judicial, tudo com juros e correções, a partir da data de 28-03-2019, ou do evento, além de honorários advocatícios.

DO PEDIDO:

ANTE O EXPOSTO, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

a) PRELIMINARMENTE:

DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:

O Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da [Lei nº 1.060](#), de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos [2º](#), [parágrafo único](#); [3º](#) e [4º](#), e [artigos 98 e 99, CPC](#).



Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

A concessão da justiça gratuita, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da [Constituição Federal](#) e o art. 2º, [parágrafo único](#), da Lei nº 1.060/50.

b) Que como é desnecessária a marcação de audiência de conciliação, requer a Vossa Excelência, a citação da ré para no prazo legal, sob pena de confissão e revelia, apresentar CONTESTAÇÃO;

c) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

d) Que ao final seja julgada a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague a indenização no valor de **R\$ 13.500,00**, ou valor proporcional ao dado invalidez a ser indicado na perícia médica judicial, referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO [DPVAT/invalidez, nos termos da Lei 11.482/2007](#), com juros a partir da citação, e correção com o índice INPC, além de custas e honorários advocatícios da sucumbência, por ser de direito e Justiça.

f) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente a **perícia médica judicial**, juntada posterior de outros documentos, e demais provas para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para os devidos fins processuais.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 21 de Janeiro de 2020.



ANTONIO ANIZIO NETO
OAB-PB 8851



Sá Anízio Advogados:
PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA-ET EXTRA"

José Ivanildo Martins da Silva, CPF, 399.524.68, brasileiro, casado, ajudante de pedreiro, residente e domiciliado ao Sítio Melancia, s/n, Área Rural, Itatuba-PB, CEP. 58.378-000

Pelo presente instrumento particular de procuração ao final assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador e advogado Dr, ANTONIO ANIZIO NETO, OAB-PB 8851, com Endereço Profissional na Rua Professora Alice Azevedo, 270, Térreo, Centro, João Pessoa-PB, CEP. 58.013.480, local hábil para receber intimações e/ou notificações de estilo, tel. 9984-4072, 88314072, e 3221-2438, anizio-adv@hotmail.com.

A quem confere poderes, para o foro em geral, com cláusula "AD - JUDICIA" a fim de que agindo em conjunto ou separadamente, outorga poderes específicos na presente procuração ao Advogado acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber alvará, dar quitação, firmar compromisso, requerer justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15), defendendo os interesses e direitos do outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal superior, bem como substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe(s) convier, e praticamente todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bem firme e valioso.

João Pessoa, 21 de Janeiro de 2020

José Ivanildo Martins da Silva



DECLARAÇÃO DE PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA:

José Ivanildo Martins da Silva, CPF. 504.399.524-68, brasileiro,
casado, ajudante de pedreiro, residente e domiciliado ao Sítio
Melancia, s/n, Alto Rural, Itatuba-PB, CEP. 58.378-000

Declara nos termos do art.1º. da lei nº 7.115 de 29 de agosto de 1983 (dispõe sobre prova documental), para o fim de obtenção do **BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA**, perante qualquer instancias da Justiça Comum Estadual ou Federal, que é pessoa necessitada na forma do artigo 5º, inciso LXXIV, CF/88, e artigos 98 e 99, do Código de Processo Civil Vigente, percebendo um salário mensal cuja situação econômica não lhe permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua Família.

Declara, ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e criminais (art. 2º. da supracitada Lei), caso o presente documento não porte a verdade.

João Pessoa, 21 de Jan de 2020

José Ivanildo Martins da Silva
DECLARANTE



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.104.023 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 30/05/2018

NOME JOSÉ IVANILDO MARTINS DA SILVA

FILIAÇÃO MANOEL MARTINS SOBRINHO
MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO

NATURALIDADE ITATUBA-PB DATA DE NASCIMENTO 25/10/1961



DOC. ORIGEM CASAM N.1849 FLS.65V LIV.BAUX5
CARTORIO INGÁ-PB

CPF 504.399.524-68

Assinado por: Marcus A. B. Lacet Jr.
Chefe do Núcleo de Ident. Civil e Criminal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA V-02
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL P-063
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

José Ivanildo Martins da Silva
ASSINATURA DORTITICAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
JOSE IVANILDO MARTINS DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
1104023 SSP PB

CPF
504.399.524-68 DATA NASCIMENTO
25/10/1961

FILIAÇÃO
MANOEL MARTINS
SOBRINHO
MARIA JOSE DA
CONCEICAO

Nº REGISTRO
03870429607

PERMISSÃO
ACC CALHAS
A

VALIDADE
25/07/2021

1ª HABILITAÇÃO
06/07/2006

OBSERVAÇÕES

LOCAL
CAMPINA GRANDE, PB

DATA EMISSÃO
27/07/2016

29528902626
PB032942990

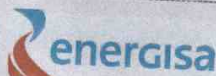
DETRAN - PB (PARAIBA)

VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1275695951

PROIBIDO PLASTIFICAR
1275695951



JOSE IVANILDO MARTINS DA SILVA
LOC. DIST. MELANCIA 8/11 - AREA RURAL
TATUBAIA/PE CEP: 55270-000 (AG. 113)



Ligação: MONOFÁSICO
Clas. Sec. RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Ratário: 12-70-999-1000 Referência: Dez/2019
Medidor: 00000932457 Emissão: 19/12/2019

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.085.182/0001-40 Insc. Est. 16.015.428-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 036 055 902
Cód. para Díb. Automático: 00010703288

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ/RANI
Dez / 2019	19/12/2019	20/01/2020	504.399.524-68

UC (Unidade Consumidora): 5/1070328-8

Canal de contato

Aproveite o 13º e regularize suas contas em atraso: podemos negociar para você começar o ano novo numa posi

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Da... 20/11/19	Leitura 523 Data 19/12/19	Leitura 523	1	0
				29

CCl	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc	Alq	ICMS(R\$)	Base Calc	Pot(R\$)	Coef(R\$)
0601	Custo de Disponibilidade	23,68	23,68	25	5,92	23,68	0,25	1,15	
0601	Adic. B Vermelha	0,60	0,60	25	0,15	0,60	0,01	0,02	
0601	Adic. B Amarela	0,38	0,38	25	0,09	0,38	0,00	0,02	

CCl	Código de Classificação do Item	TOTAL	34,66	24,66	8,18	24,66	0,26	1,19
Tarifa s/ Tributos	0,545400							

Média últimos meses (kWh) 30

VENCIMENTO 16/01/2020

TOTAL A PAGAR R\$ 24,66

Histórico de Consumo (kWh)											
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dez/19	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19

RESERVADO AO FISCO
a949.60eb.675d.fb14.bbfc.62e9.cf6d.1de2.

Indicadores de Qualidade 10/2019 - Atualizar				Composição do Consumo		
	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	11,59	0,00	NOMINAL 220	Serviços de Ciel. da Energisa/PS	5,54	26,53
DIC TRIMESTRAL	23,19			Compra de Energia	8,56	34,71
DIC ANUAL	46,38			Serviço de Transmissão	0,97	3,93
FIC MENSAL	7,87	0,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 231	Encargos Setoriais	0,68	2,77
FIC TRIMESTRAL	15,34			Impostos Diretos e Encargos	7,61	30,86
FIC ANUAL	30,69			Outras Serviços	0,00	0,00
DMC	8,39					
DICRI	16,60	0,00				
				Total	24,66	100,00

Valor de EUSD (Ref. 10/2019) R\$ 9,55

ATENÇÃO

- Imóvel desocupado com acesso ao medidor

Faturas em atraso



Assinado eletronicamente por: antonio anizio neto - 21/01/2020 11:05:04

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20012111050375100000026612536>

Número do documento: 20012111050375100000026612536

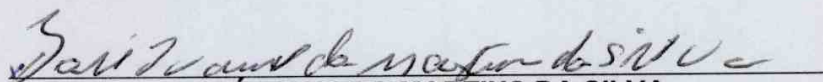


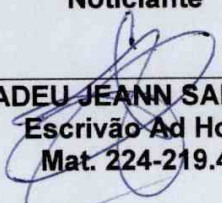
CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL
Nº 511 - 2019 – JOSÉ IVANILDO MARTINS DA SILVA
NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE DE TRÂNSITO

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os registros de ocorrências policiais deste órgão, encontramos a ocorrência de nº **511/2019**, que passamos a transcrever na íntegra: Aos **16 de agosto de 2018**, por volta das 11:56h nesta cidade de **INGÁ**, Estado da Paraíba, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do Bel. **VALDÉLIO RONALDO LOBO**, Delegado de Polícia Civil, comigo Policial Civil, compareceu o **Sr(a). JOSÉ IVANILDO MARTINS DA SILVA**, Brasileiro(a), casado(a), profissão: ajudante de pedreiro, ensino fundamental incompleto, natural de Itatuba-PB, nascido(a) em 25/10/1961 com 57 anos de idade, filho(a) de Manoel Martins Sobrinho e de Maria José da Conceição, Carteira de identidade nº 1.104.023 – 2ª Via SSDS/PB, CPF de número 504.399.524-68, residente no(a) Sítio Melancia, nº 00, Zona Rural, município de Itatuba-PB. Telefone para contato (83)9.9668-7140 (filho) (Operadora CLARO), pertencente a(o) própria. Qual noticiou:

QUE, no dia 28/03/2019, por volta das 20h00min, o Noticiante trafegava como piloto na motocicleta HONDA CG 125 FAN ES, ANO/MODELO 2012, PLACA OFF-7388/PB, CHASSI 9C2JC4120CR554491, RENAVAL 0047980481-8, em nome de JOSÉ GILMAR MARTINS DA SILVA, na BR 230, travessia que passa por entre a cidade de Campina Grande-PB, mais precisamente na Alça Sudoeste de frente ao prédio da Energisa, não sabendo precisar o Km da BR, o mesmo afirma que vinha do trabalho, tendo seu filho JOSÉ GILMAR como garupa da dita motocicleta, momento em que um veículo do qual o mesmo não se recorda o modelo nem marca, ao fazer uma ultrapassagem indevida, veio a jogar a motocicleta em que o Noticiante estava, para o acostamento, tendo o Noticiante perdido o controle da mesma, vindo o Noticiante e seu filho arremessados para a ribanceira da pista; Que, o Noticiante afirma que ao ser arremessado, bateu com o corpo ao solo, vindo a quebrar a clavícula esquerda e o joelho esquerdo, sendo que de imediato populares que residem no local, foi até o local, onde ajudaram o Noticiante e seu filho, o qual ficou desacordado, tendo os populares acionado o SAMU, que se fez presente no local e socorreu o Noticiante e seu filho; Que, o mesmo afirma ainda que foi socorrido pelo SAMU, até o Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande, onde gerou o Prontuário de Atendimento Médico Hospitalar de nº 1863597, onde passou por procedimento cirúrgico; Que, apresenta como testemunhas as pessoas de GILMARA AMRTISIN DA SILVA de RG nº 3.647.914 SSP-PB, CPF nº 096.114.594-32 e MARILENE TORRES SILVA de RG nº 4.280.255 SSP-PB, CPF nº 128.452.094-36; Que, com este boletim de ocorrência policial a vítima pretende solicitar do órgão competente a indenização DPVAT.

Nada mais tem a declarar. O signatário ficou ciente nesta DISP que qualquer declaração falsa implicará nas normas do art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica). O referido é verdade e dou FÉ. Essa Certidão de Ocorrência Policial tem a validade de 30 dias a partir da data de registro supracitada.


JOSÉ IVANILDO MARTINS DA SILVA
Noticiante


THADEU JEANN SANTANA
Escrivão Ad Hoc
Mat. 224-219.4

Delegacia de INGÁ
Rua Getúlio Vargas, nº 69
Bairro: Centro, Ingá-PB
Fone : (83)3394-2301

Delegacia de ITATUBA
Rua Projetada, s/n
Bairro: Zuza Martins, Itatuba-PB
Fone : (83)3394-2301

Delegacia de RIACHÃO DO BACAMARTE
Rua Senador Cabral, s/n
Bairro: Centro, Riachão do Bacamarte-PB
Fone : (83)3394-2301

Delegacia de SERRA REDONDA
Rua Epitácio Pessoa, s/n
Bairro: Centro, Serra Redonda -PB
Fone : (83)3394-2301





GOVERNO
DA PARAÍBA

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA
DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES



SUS

CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE: Jose Ivanildo Martins Silva

DATA DO ATENDIMENTO: 10 / 04 / 19

Nº PRONTUÁRIO: 1863629 FICHA: ✓

DIAGNÓSTICO: Fx platô tibial (E)

PROCEDIMENTO: Tratamento cirúrgico

MÉDICO (CARIMBO): Dr Bruno Bulhonti





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que o


Sr. (a)

for Iracildo Uatini

encontra-se INTERNADO (A) nesta Unidade Hospitalar, submetendo-se a tratamento especializado

desde 08 / 03 / 2019

Campina Grande, 03 / 04 / 2019


Schubert Lima Costa R. - CRM 11.113

Ass. Do Médico - Nº do CRM

MOD. 10



HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E
TRAUMA DE CAMPINA GRANDE
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

NOME: Jose Benedito Martins Silva

SOLICITAÇÃO DE FISIOTERAPIA

Solicito fisioterapia motora sem carga para

paciente com diagnóstico de Fratura de platô
tibial (E)

submetido à Tratamento cirúrgico

Dra. Ana Maria da S. Anselmo
MR. Ortopedia - Traumatologia
CRM-PB 7825
Médico solicitante: _____

Data: 15 / 04 / 19





POLICLINICA MUNICIPAL
CNES 7241860
SETOR DE FISIOTERAPIA

ITATUBA 18/07/19

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o SR (a) José Sumaildo Martins Silva
com RG 3.104.023 com CID 5823 realizou o
tratamento fisioterapêutico nesta unidade de serviço.

Observações:

Início 06-06-19, 2x na semana, até os
dias atuais, apresentando diminuição da ADM
e da força muscular

Rayssa Clementino M. Cavalcante
FISIOTERAPEUTA
CREFITO: 260250-F

Fisioterapeuta





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190671751

Vítima: JOSE IVANILDO MARTINS DA SILVA

Data do Acidente: 28/03/2019

Cobertura: DAMS

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), JOSE IVANILDO MARTINS DA SILVA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Comprovantes de despesas médicas	Apresentar os comprovantes originais, tais como, notas fiscais, cupons e recibos, das despesas médicas e/ou suplementares efetuadas em decorrência do acidente de trânsito, pois não foram entregues.
----------------------------------	---

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 15205077





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190671751

Vítima: JOSE IVANILDO MARTINS DA SILVA

Data do Acidente: 28/03/2019

Cobertura: DAMS

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), JOSE IVANILDO MARTINS DA SILVA

Informamos que o seu pedido de reembolso de DAMS foi cadastrado.

Para cobertura de Despesas Médicas e Suplementares (DAMS) o valor do reembolso é de até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais). Todas as despesas precisam ser comprovadas através de notas fiscais e recibos originais.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Informamos que o reembolso de despesas médicas e suplementares é avaliado conforme critérios de análise praticados pelo mercado e tendo como limite mínimo os valores constantes na Tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), podendo assim ser ou não reembolsado em sua totalidade, observando-se o limite da cobertura.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 15204574



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 30300622 - AC ITABAIANA
ITABAIANA - PB
CNPJ.....: 34028316368640 Ins Est.: 160745500
CUMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF.....: 09248608000104
Doc. Post.....: 351036337
Contrato....: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709
Cartao.....: 62267655

Movimento...: 20/11/2019 Hora.....: 11:38:44
Caixa.....: 94303043 Matrícula...: 84789328
Lancamento...: 041 Atendimento: 00018
Modalidade...: A Faturar ID Tiquete...: 1737656370

RECEBIMOS	QTD	PREÇO (R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	24,78+
Valor do Porte(R\$)...	24,78	
Peso real (G).....	151	
Peso Tarifado.....	0,151	
CNPJ/CPF Remet.: 50439952468		
Nome Remetente.: JOSE IVANILDO MARTINS DA S		
Cont. Nome.....: ILVA		
Endereco Remet.: DISTRITO MELANCIA, O - ARE		
Cont Endereco...: A RURAL		
Cep Remetente...: 58378-000		
Cidade Remet....: ITATUBA		
UF Remet.....: PB		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	30,43+
Valor do Porte(R\$)...	30,43	
Cep Destino: 20011-904 (RJ)		
Peso real (G).....	141	
Peso Tarifado.....	0,141	
OBJETO====> DY451245785BR		

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 55,21

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Recebemos o pagamento do(s) serviço(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais
Nome: RG:
Ass. Responsável.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.

VIA-CLIENTE

SARA 7.9.02



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 30300622 - AC ITABAIANA
ITABAIANA - PB
CNPJ....: 3402831636640 Ins Est.: 160745500
COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF.....: 03248608000104
Doc. Post.....: 351036337
Contrato....: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709
Cartão : 62267655

Movimento. : 20/11/2019 Hora.....: 11:38:44
Caixa.....: 94303043 Matricula...: 84789328
Lancamento.: 041 Atendimento: 00018
Modalidade.: A Faturar ID Tiquete.: 1737656370

RECORRENTE	QTD	PREÇO UNIT.
SEGURO DPVAT ATE 30	1	24,78+
Valor do Porte(R\$)...	24,78	
Peso real (G).....	151	
Peso Tarifado.....	0,151	
CNPJ/CPF Remet : 50439952468		
Nome Remetente.: JOSE IVANILDO MARTINS DA S		
COTIL. Nome..... ILVA		
Endereço Remet.: DISTRITO MELANCIA,0 - ARE		
Cont. Endereço...: A RURAL		
Cep Remetente...: 58378-000		
Cidade Remet....: ITATUBA		
UF Remet.....: PB		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	30,43+
Valor do Porte(R\$)...	30,43	
Cep Destino: 20011-904 (R.J)		
Peso real (G).....	141	
Peso Tarifado.....	0,141	
OBJETO====> DY451245785BR		

TOTAL EM ATENDIMENTO(R\$) 55,21

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Recebo e comprovo que o(s) serviço(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais

Nome: RG:
Ass. Responsável.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.

VIA-CLIENTE SARA 7.9.02



Dr. Roberto de Albuquerque Cavalcanti

CRM: 1344 CPF: 099.270.501-00

Rua Antonio Brasil, 100- Centro - Itatuba - PB

**Receituário
Controle Especial**

1ª VIA - RETENÇÃO DA FARMÁCIA
2ª VIA - ORIENTAÇÃO AO PACIENTE

Paciente: José IVANILDO MARTINS DA SILVA

Endereço: RUA DESENVOLVIMENTO - ITATUBA

Prescrição: Um exame

ARTROSCÓPIO 320 C/10 — 1º ox.
Tomar 1 qd 16 a 24 h após
o exame.

25/6/19
Data

Dr. Roberto de A. Cavalcanti
ODONTÓLOGO - PROCTOLOGISTA
CRM-PB 1.344

[Assinatura]
Assinatura e Carimbo do Médico

IDENTIFICADOR DO COMPRADOR	
Nome:
Ident.: Org. Emissor.....
End.:
Cidade: UF.....
Telefone:

IDENTIFICADOR DO FORNECEDOR	
Assinatura do Farmacêutico Data:.....	



Dr. Roberto de Albuquerque Cavalcanti

CRM: 1344 CPF: 099.270.501-00

Rua Antonio Brasil, 100- Centro - Itatuba - PB

**Receituário
Controle Especial**

1ª VIA - RETENÇÃO DA FARMÁCIA
2ª VIA - ORIENTAÇÃO AO PACIENTE

Paciente:

José IVANILDO M. SILVA

Endereço:

- 512

Prescrição:

LOXONIN 60 e/15 — 1 ex.
Forma 1 up 20 dia

9.7.19

Data

Dr. Roberto de A. Cavalcanti
Cirurgião-PROCTOLOGISTA
CRM-PB 1.344

Assinatura e Carimbo do Médico

IDENTIFICADOR DO COMPRADOR

Nome:.....

Ident.:.....Org. Emissor:.....

End.:.....

Cidade:.....UF:.....

Telefone:.....

IDENTIFICADOR DO FORNECEDOR

Assinatura do Farmacêutico Data:...../...../.....



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☒ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 014202122697 3 - CPF da vítima: 504.399.524-68 4 - Nome completo da vítima: JOSÉ IVANILDO MARTINS DA SILVA

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: JOSÉ IVANILDO MARTINS DA SILVA 6 - CPF: 504.399.524-68
7 - Profissão: AJUDANTE DE PEDREIRO 8 - Endereço: SÍTIO MELANCIA 9 - Número: SN 10 - Complemento: CASA
11 - Bairro: ZONA RURAL 12 - Cidade: ITATUBA 13 - Estado: PB 14 - CEP: 58.378-000
15 - E-mail: 16 - Tel. (DDD):

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☐ RECUSO INFORMAR ☒ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)
☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341) Nome do BANCO: _____
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)
AGÊNCIA: 2563-1 51 CONTA: 5.843 2 AGÊNCIA: _____ CONTA: _____
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☐ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima: _____
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: _____
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado
35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)
36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)
37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome: _____ CPF: _____
Assinatura da testemunha
39 - 2ª | Nome: _____ CPF: _____
Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, ITABAIANA(PB), 20 DE NOVEMBRO DE 2019014

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

FPS.001 V0007/019

PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☒ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 014202122697 3 - CPF da vítima: 504.399.524-68 4 - Nome completo da vítima: JOSÉ IVANILDO MARTINS DA SILVA

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: JOSÉ IVANILDO MARTINS DA SILVA 6 - CPF: 504.399.524-68
7 - Profissão: AJUDANTE DE PEDREIRO 8 - Endereço: SÍTIO MELANCIA 9 - Número: SN 10 - Complemento: CASA
11 - Bairro: ZONA RURAL 12 - Cidade: ITATUBA 13 - Estado: PB 14 - CEP: 58.378-000
15 - E-mail: 16 - Tel.(DDD):

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☐ RECUSO INFORMAR ☒ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itau (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 2563-1 51 CONTA: 5.843 2

(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: _____

AGÊNCIA: _____ CONTA: _____

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☐ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome: _____

CPF: _____

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome: _____

CPF: _____

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, ITABAIANA(PB), 20 DE NOVEMBRO DE 2019

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

FPS 001 V000/2019

15/04/2019

HTCG-Painel Administrativo

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-52
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 15/04/2019
Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 03 NOME : Ana Maria Da Silva Anselmo



**GOVERNO
DA PARAIBA**



**GOVERNO
DA PARAIBA**

LIBERAÇÃO DE LEITO

Nome do Paciente: JOSE IVANILDO MARTINS DA SILVA

Data da Internação: 28/03/2019

Data da Alta: 15/04/2019

Registro: 1863629

Tempo de Permanência: 18

Diagnóstico Inicial: 0408050551

Diagnóstico Final:

Principais Exames: EXAME CLÍNICO + RADIOLOGICO + LABORATORIAL.

Cirurgia: OSTEOSINTESE

Data: 10/04/2019

Equipe:

Cirurgião: BRUNO BEZERRA BRILHANTE

Aux 1: HALLISSON BARROS DE ALMEI

Aux 2: EVERLAN DA SILVA MEIRA

Aux 3:

Aux 4:

Anestesista: RICARDO JOSE RAMOS LOUREIRO

Medicamentos: AINE + CEFTRIAXONA + SINTOMÁTICOS

Infecção F.O: NAO

Coleta de Material: NAO

Bacteriologia: NAO

Anatomopatológico: NAO

Resumo Clínico (História, Evolução, Terapêutica e Complicações): PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO EM 28/03/19, SENDO ADMITIDO NESTA UNIDADE HOSPITALAR COM FRATURA DE CLAVICULA ESQUERDA (TRATAMENTO CONSERVADOR) E FRATURA DE PLATÔ TIBIAL.

Orientações: NÃO COLOCAR CARGA EM MIE. REALIZAR TRATAMENTO FISIOTERAPEUTICO CONFORME ORIENTADO E FAZER USO DAS MEDICAÇÕES PRESCRITAS. RETORNO IMEDIATO SE INTERCORRÊNCIAS.

Dieta: LIVRE

Medicações para Casa: CEFALEXINA + ARFLEX RETARD + DEOCIL SL

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: LAVAR COM ÁGUA E SABÃO DUAS VEZES AO DIA. SE APRESENTAR FEBRE, DOR, VERMELHIDÃO OU INCHAÇO RETORNAR IMEDIATAMENTE AO HOSPITAL!

Retorno ao Ambulatório de : DR BRUNO BRILHANTE em : para retirada de pontos

ao Ambulatório de : em : para revisão Repouso 90 dias

projetohtcg/impreresumoalta.php?contar=1863629

1/2



Assinado eletronicamente por: antonio anizio neto - 21/01/2020 11:05:27

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20012111052653100000026612553

Número do documento: 20012111052653100000026612553

Num. 27579946 - Pág. 1



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB
Secretaria de Saúde do Município
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAMU Regional CG - 192



DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

Declaramos para os devidos fins de direito que o **SAMU REGIONAL CG - 192** foi solicitado para prestar atendimento médico pré-hospitalar de urgência ao paciente conforme dados a seguir:

DATA: 28/3/2019	HORA: 20:13 HRS	ID Nº: 1764586
NOME: JOSÉ MANILDO MARTINS DA SILVA		
QUEIXA: ACIDENTE DE TRÂNSITO		
LOCAL: R - TRÊS IRMÃS - TRÊS IRMÃS		
COMPLEMENTO:		
CIDADE: CAMPINA GRANDE / PB		
DADOS DA REMOÇÃO		
Paciente removido para o Hospital de Emergencia e Trauma		

Campina Grande, 14 de junho de 2019.


SUPERVISOR
SAMU 192 CG

Deoclecio F Nascimento
Coordenação Administrativa
SAMU REGIONAL CG - 192

SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência)
Rua: Almeida Barreto, 428 São José CEP: 58400-328 Campina Grande-PB
Fone: (83) 3322-5207 / 3322-5191





CLIPSI

Reconhecido pelo UNICEF como
Hospital Amigo da Criança

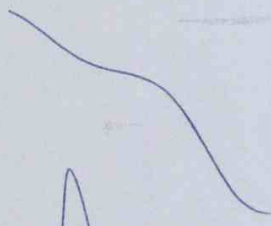


MOD. 16

1/ tubi mandibular de do Silva

Solicitação

para a fixação externa



01/11/2019

Dr. Fábio Crispim
Ortopedia / Traumatologia
CRM-PE-23.113 / CRM-PB-9561
TEOT: 16.173

Rua: Treze de Maio, 366 Centro CEP: 58400-290 Campina Grande – Paraíba

Fone: (83) 3065-8000 Fax: (83) 3065-8007

www.hospitalclipsi.com.br Email: clipsi@hospitalclipsi.com.br



**CLIPSI**Reconhecido pelo UNICEF como
Hospital Amigo da Criança

MOD. 16



p/Exat' manilha de. do Silva

Paula Medeiros

paciente supra-citada apresenta dor +
edema em região esquerda do fêmur
do membro inferior esquerdo do acidente
automobilístico (moto) do sexo de S
(citado) masculino.

exame: dor + edema a mobilização
do fêmur esquerdo com limitação na
flexão (cerca de 30°).

cx: SP2.1.

Dr. Fabio Crispim
Ortopedia / Traumatologia
CRM-PE - 23.113 / CRM-PB - 9561
TEOT: 16.173

19/12/2019

Rua: Treze de Maio, 366 Centro CEP: 58400-290 Campina Grande - Paraíba
Fone: (83) 3065-8000 Fax: (83) 3065-8007
www.hospitalclipsi.com.br Email: clipsi@hospitalclipsi.com.br





GOVERNO
DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Receituário Simples

Jose Inacio

Martins da Silva

Assado Médico

Paciente Subito

Quido a Trauma

no cirurgico de

fratura do Anato

Quibial no 10. de

meses, com

ARTROSCOPIA E

DEFICIT DE ROM

M7+0

01/12/14

Data

Dr. Luiz Inacio
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 8631 / TEOT 15822

Médico

MOD. 001





HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E
TRAUMA DE CAMPINA GRANDE
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

NOME: Dr. Iseanildo Martins Silva

SOLICITAÇÃO DE FISIOTERAPIA

Solicito fisioterapia motora sem carga para

paciente com diagnóstico de Fratura de platô
tibial (E)

submetido à Tratamento cirúrgico

Dra. Ana Maria da S. Anselmo
MR. Ortopedia - Traumatologia

Médico solicitante: CRM-PB 7825

Data: 15 / 04 / 19





ATESTADO MÉDICO

ATESTO que Jose Juamildo M. da Silva

foi atendido (às) hoje, às 120 (cento e vinte) horas, necessitando de 120 (cento e vinte) dias de afastamento do trabalho, à partir desta data.

DIAGNÓSTICO CID S42 + S82

Campina Grande, 19 / 07 / 19

Assinatura do Médico - CRM Nº

End.: AV. Floriano Peixoto, 4700 - CEP: 58432-809 - Malvinas - Campina Grande-PB

MOD.004



Dr. Roberto de Albuquerque Cavalcanti

CRM: 1344 CPF: 099.270.501-00
Rua Antonio Brasil, 100- Centro - Itatuba - PB

Receituário
Controle Especial

1ª VIA - RETENÇÃO DA FARMÁCIA
2ª VIA - ORIENTAÇÃO AO PACIENTE

Paciente: José IVANILDO M. FILHO

Endereço: - 5 km

Prescrição:

LOXONIN 60 e/15 — 1 ex.
Forma 1 op 20 ml

9, 7, 19
Data

Dr. Roberto de A. Cavalcanti
CIRURGIÃO-PROCTOLOGISTA
CRM-PB 1.344

Assinatura e Carimbo do Médico

IDENTIFICADOR DO COMPRADOR	
Nome:
Ident.: Org. Emissor:
End.:
Cidade: UF:
Telefone:

IDENTIFICADOR DO FORNECEDOR	
Assinatura do Farmacêutico Data:/...../.....	



CRM: 1344 CPF: 099.270.501-00
Rua Antonio Brasil, 100- Centro - Itatuba - PB

1.ª VIA - RETENÇÃO DA FARMÁCIA
2.ª VIA - ORIENTAÇÃO AO PACIENTE

Paciente: Josi Ivanildo Martins de Almeida
Endereço: R. Rio de Janeiro - Itapetuba

Prescrição: Um mês
ARTROcil 320 c/10 — 1 ox.
Tomar 1 cp 1x ao dia após
o almoço.

25 6 19
Date

Dr. Roberto de A. Cavalcanti
Cirurgião-Proctologista
CRM-PB 1.344

Assinatura e Carimbo do Médico

IDENTIFICADOR DO COMPRADOR

Nome:.....

Ident.:.....Org. Emissor:.....

End.:.....

Cidade:.....UF:.....

Telefone:.....

IDENTIFICADOR DO FORNECEDOR

Assinatura do Farmacêutico Data:...../...../.....



Dr. Roberto de Albuquerque Cavalcanti

CRM: 1344 CPF: 099.270.501-00

Rua Antonio Brasil, 100- Centro - Itatuba - PB

Receituário
Controle Especial

1ª VIA - RETENÇÃO DA FARMÁCIA
2ª VIA - ORIENTAÇÃO AO PACIENTE

Paciente: José Ivanildo da Silva - Sr

Endereço:

Prescrição:

Uso IM

Buprenorlana

1cx.

Fazer aplicação im - IM.

Uso Oral

Naloxeno 550

1cx

Tomar 1 vez após o almoço.

DOMPERIDONA 10mg

1cx

Tomar antes do almoço e

antes

Data

30/7/19

Assinatura e Carimbo do Médico

Dr. Roberto de Albuquerque Cavalcanti
CRM-PB 1344

IDENTIFICADOR DO COMPRADOR

Nome:

Ident.:

Org. Emissor:

End.:

Cidade:

UF:

Telefone:

IDENTIFICADOR DO FORNECEDOR

Assinatura do Farmacêutico Data:





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que o

Sr. (a) João Iracema Neto
encontra-se INTERNADO (A) nesta Unidade Hospitalar, submetendo-se a tratamento especializado
desde 08 / 03 / 2019.

Campina Grande, 03 / 04 / 2019

Schubert Luiz Costa Rodrigues
Médico Traumato-Ortopedista
5523
CRM 107240519415

Ass. Do Médico - Nº do CRM

MOD. 10





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

ATESTADO

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(A) SR. (A): José Ivanildo Martins
Silva PORTADOR(A) DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº. _____
SÉRIE _____ ESTEVE INTERNADO(A) NESTA UNIDADE HOSPITALAR SUBMETENDO-SE A
TRATAMENTO ESPECIALIZADO DE ENTIDADE NOSOLÓGICA DE Nº: 582.1 NO CID. DURANTE
O PERÍODO DE 28 / 03 / 19 À 15 / 04 / 19 NECESSITANDO DE
90 (noventa) DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES.
Campina Grande 15 / 04 / 19

Dra. Ana Maria da S. Anselmo
MR. Ortopedia - Traumatologia

CRM-PB 7825

Ass. do Médico - Nº. do CRM

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o
Dr., _____ a registrar o diagnóstico
codificado CID ou por extenso neste atestado médico.

Ass. do Paciente ou Responsável

MOD. 060





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190671751

Vítima: JOSE IVANILDO MARTINS DA SILVA

Data do Acidente: 28/03/2019

Cobertura: DAMS

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), JOSE IVANILDO MARTINS DA SILVA

Informamos que o seu pedido de reembolso de DAMS foi cadastrado.

Para cobertura de Despesas Médicas e Suplementares (DAMS) o valor do reembolso é de até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais). Todas as despesas precisam ser comprovadas através de notas fiscais e recibos originais.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Informamos que o reembolso de despesas médicas e suplementares é avaliado conforme critérios de análise praticados pelo mercado e tendo como limite mínimo os valores constantes na Tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), podendo assim ser ou não reembolsado em sua totalidade, observando-se o limite da cobertura.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 15204574





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Ingá

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800028-22.2020.8.15.0201

DESPACHO

Vistos etc.

A parte autora pleiteia receber indenização do seguro DPVAT por invalidez permanente, em razão das sequelas advindas do acidente automobilístico ocorrido no dia 28/03/2019.

Para tanto, anexou documentos (Id. 27579938, 27579941 e 27580349), no intuito de comprovar o prévio requerimento administrativo junto à seguradora.

No entanto, analisando os sobreditos documentos, verifica-se que o pedido nº 3190671751, além de não ter sido negado, referiu-se à cobertura DAMS (reembolso de despesas médicas e suplementares – art. 3º, inc. III, Lei nº 6.194/74) e não à indenização por invalidez permanente (art. 3º, inc. II, Lei nº 6.194/74).

Como se vê, os pedidos deduzidos na esfera administrativa e judicial são distintos.

A partir do julgamento do RE nº 839.314, matéria reconhecida como de repercussão geral, o STF passou a considerar imprescindível a formulação do pedido na via administrativa, anteriormente à propositura das ações de cobrança de indenização do seguro obrigatório DPVAT, para caracterização do interesse de agir.

Antes de analisar o pedido de justiça gratuita, convém facultar aos interessados o direito de provar a impossibilidade de arcarem, sem o seu próprio prejuízo ou de suas famílias, com a integralidade das custas e despesas do processo, podendo ainda, requerer desconto e/ou parcelamento do valor (art. 98, § 5º, c/c 99, § 3º, CPC).

Isto posto, **intime-se** a parte autora para emendar a inicial em 15 dias, a fim de *i)* comprovar o prévio requerimento administrativo, sob pena de extinção, e *ii)* comprovar documentalmente (extratos bancários, faturas de cartão de crédito, contracheques, declaração do IR, carteira de filiação ao sindicato rural, inscrição no programa bolsa família, etc.) o preenchimento dos pressupostos legais para a concessão do benefício.

Ingá, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito



MM JUÍZA, O AUTOR REQUEREU O PEDIDO NA ESFERA ADMINISTRATIVA, REFERENTE AO SEGURO INVALIDEZ, E QUE A SEGURADORA RÉ INDEFERIU POR EXIGENCIA DE DOCUMENTOS.

VEIO NA RESPOSTA DIVERSO DO SOLICITADO, JÁ QUE EM MOMENTO ALGUM O AUTOR SOLICITOU PEDIDO ADMINISTRATIVO REFERENTE A REEMBOLSO.

ANTE O EXPOSTO, REQUER SEJA DADO PROSSEGUIMENTO AO PROCESSO, CITANDO A PROMOVIDA, BEM COMO, QUE TRAGA AOS AUTOS AS CÓPIAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, NOS TERMOS DO ARTIGO 497, CPC, ONDE PROVA O ALEGADO.

NESTES TERMOS,

PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.

JOÃO PESSOA, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

ANTONIO ANIZIO NETO

OAB-PB 8851





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Ingá

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800028-22.2020.8.15.0201

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE IVANILDO MARTINS DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança proposta por José Ivanildo Martins da Silva, através de advogado habilitado, em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/A, ambos devidamente qualificados na inicial, alegando, em síntese, que no dia 28 de março de 2019 sofreu acidente automobilístico, que lhe ocasionou fratura na clavícula esquerda e o joelho esquerdo, garantindo-lhe, assim, o direito de receber indenização securitária no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Devidamente intimado para juntar aos autos prova do prévio requerimento administrativo, sob pena de extinção, o autor indicou que o pedido foi requerido e que a seguradora ré indeferiu por exigência de documentos. Mas, não juntou qualquer documento (Id. 28568575).

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Trata-se de ação cujo objetivo é o recebimento da indenização do seguro DPVAT, na qual o segurado postula sua pretensão diretamente no Poder Judiciário, sem requerer administrativamente o objeto da ação.

Como é cediço, o ordenamento jurídico brasileiro adotou a teoria abstrata do direito de ação, em sua versão eclética preconizada por Enrico Tulio Liebman. Disso, resulta que o direito de ação é autônomo em relação ao direito material, condicionando-se o seu exercício ao preenchimento das chamadas condições da ação. Daí a necessidade de exame, inclusive de ofício, acerca da legitimidade ad causam, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido.

Assim, entendendo que em se tratando de demanda na qual se busca o pagamento de indenização relacionada ao seguro DPVAT, é indispensável a prova de que tal benefício foi negado ou pelo menos requerido, tendo como resultado alguma manifestação da Seguradora na via administrativa que não satisfaça plenamente a pretensão do lesado.

É que, se não há pretensão resistida, não há necessidade e, consequentemente, interesse processual que justifique a propositura de uma ação judicial. Noutras palavras, inexistindo lide, que é o conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida, ausente uma das condições essenciais para movimentação da máquina judiciária.

O interesse de agir ou processual configura-se através do binômio necessidade-utilidade da pretensão submetida ao Juiz. Na realidade, o acionamento da máquina judiciária demanda a demonstração de resistência por parte do devedor da obrigação, porquanto o Poder Judiciário se presta à resolução de conflitos.

A utilização direta do Poder Judiciário como se já existisse conflito em relação a um pedido que nunca foi formalmente feito, muito menos indeferido, é inaceitável¹, afigurando-se uma manobra utilizada para garantir a reserva de mercado da advocacia, a qual prejudica a própria parte interessada, que costuma contratar serviços advocatícios por acreditar que o pedido somente pode ser feito perante a Justiça.

A propósito, tal posicionamento vem sendo aplicado – mutatis mutandis – aos casos em que são pleiteados benefícios previdenciários, sendo inadmitida a prestação jurisdicional quando não formulado o pedido na via administrativa. Neste sentido, cito o seguinte precedente: STJ, REsp 1310042/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 28/05/2012.

Destaque-se que não se está aqui a falar que seja necessário o esgotamento da via administrativa, mas tão somente que é indispensável que a parte interessada formalize o pleito administrativamente e se porventura a Seguradora não o atender ou o fizer de maneira insatisfatória ou ilegal, estará concretizado, nesse momento, a resistência a sua pretensão, de modo que estará atendida a condição da ação relativa ao interesse de agir.



Com efeito, a presente controvérsia soluciona-se na via infraconstitucional, não havendo que se falar em violação ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5º, XXXV, da CF), pois se sequer provocada a Seguradora ao pagamento ao qual está obrigada, não restará configurada qualquer lesão ou ameaça a direito.

O princípio da inafastabilidade da jurisdição somente estaria violado se, uma vez caracterizada a resistência a pretensão, ou seja, negado o pedido administrativamente, fosse exigido da parte interessada o esgotamento da via administrativa como requisito para o ajuizamento da ação judicial respectiva, não sendo este, portanto, o caso dos autos.

Aliás, outro não tem sido o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. INÉRCIA DO AUTOR QUANTO A ESTE PEDIDO. REVERSÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INCURSÃO EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA. MATÉRIA ATINENTE À COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso da demanda judicial. (...)” (STJ. AgRg no REsp 936574 SP. Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, 3ª T. Julg.: 02/08/2011. Publ.: 08/08/2011). (grifos acrescentados)

Na mesma linha já se manifestaram algumas cortes estaduais:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - SEGURO DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - AUSÊNCIA DE PRÉVIO PEDIDO ADMINISTRATIVO - PRECEDENTE DO STF. PRESCRIÇÃO - OCORRÊNCIA. - O Supremo Tribunal Federal, quando dos julgamentos dos Recursos Extraordinários nº. 839.314 e nº 824.704, entendeu que, para a existência da pretensão resistida e configuração da necessidade de intervenção jurisdicional na ação de cobrança do seguro DPVAT, é imprescindível o prévio requerimento administrativo. V.V. O Supremo Tribunal Federal, quando dos julgamentos dos Recursos Extraordinários nº. 839.314 e 824.704, entendeu que, para a existência da pretensão resistida e configuração da necessidade de intervenção jurisdicional, é imprescindível o prévio requerimento administrativo, para o ingresso da ação de cobrança do seguro DPVAT, que não se confunde, entretanto, com o esgotamento das vias administrativas. Todavia, se a ré oferece contestação de mérito, resta configurada, de forma inequívoca, sua resistência à pretensão autoral, surgindo, então, a necessidade do provimento jurisdicional e, via de consequência, o interesse de agir. (TJ-MG - AC: 10481130038328001 MG, Relator: Maria Luiza Santana Assunção (JD Convocada), Data de Julgamento: 15/07/2015, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/07/2015).

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. CARÊNCIA DE AÇÃO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO PERANTE A SEGURADORA. REQUISITO ESSENCIAL PARA A UTILIDADE DA PROVIDÊNCIA JURISDICIONAL. NOVEL ENTENDIMENTO ESBOÇADO PELA JURISPRUDÊNCIA DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE DE VOTOS. Conforme se percebe da leitura dos autos, não formulou o apelante pedido administrativo perante a seguradora apelada. Optou por acionar a seguradora/apelante apenas judicialmente, a fim de obter pagamento referente ao seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículos automotor - DPVAT, em razão de suposta debilidade permanente a que foi acometido em virtude de acidente automobilístico; A despeito deste E. TJPE vir decidindo de forma reiterada pela prescindibilidade do pleito administrativo anterior para o ajuizamento da ação securitária, a temática merece debate, principalmente diante da linha adotada pelo Superior Tribunal de Justiça em recentes pronunciamentos; Nesse diapasão, cumpre registrar o novel entendimento esboçado pela jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Em decisão relatada pelo Min. Paulo de Tardo Sanseverino, considerou indispensável a existência de requerimento prévio a seguradora. Para o STJ, trata-se de "requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, isso porque a provocação do Estado e a posterior concretização do processo não pode ser instrumento de mera consulta, mas sim, meio de aplicação da justiça, como forma de solução de conflitos"; Cumpre registrar ainda que o E. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, nesta toada, editou a súmula TJ-RJ nº 232, com o seguinte teor: "é incabível a cobrança judicial da cobertura do seguro DPVAT no prazo legal de regulação do sinistro". Recurso não provido, à unanimidade de votos. (TJPE. AC nº 0012137-80.2011.8.17.0001. Des. BARTOLOMEU BUENO, 3ª Câmara Cível. Julg.: 27.09.2012).

Recentemente o nosso E. Tribunal de Justiça da Paraíba prolatou acórdão no mesmo sentido:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. FALTA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRETENSÃO RESISTIDA. NÃO DEMONSTRAÇÃO.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DO DECISUM. DESPROVIMENTO. - De acordo com julgado do Supremo Tribunal Federal, "a ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do re 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso." (STF Re: 839.353 MA, Relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). - Não existindo a comprovação da formulação de tal pleito na seara administrativa, não há que se falar em pretensão resistida e, conseqüentemente, em interesse de agir para a propositura da ação, de sorte a não merecer reparos a decisão de primeiro grau, que extinguiu o feito por ausência dessa condição de ação, devendo ser mantida a decisão recorrida. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00176222720148152001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, j. em 16-05-2017).

Registra-se que o Supremo Tribunal Federal, quando dos julgamentos dos Recursos Extraordinários nº 839.314 e nº 824.704, entendeu que, para a existência da pretensão resistida e para a configuração da necessidade de intervenção jurisdicional da ação de cobrança do seguro DPVAT, é imprescindível o prévio requerimento administrativo. Vejamos:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240-RG. 1. O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal, conforme firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso. 2. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracteriza após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas. (...)" (STF, RE 839.314, Rel. Min. LUIZ FUX, julgado em 10/10/2014, publicado em 16/10/2014) – grifo nosso.

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO CIVIL. CONTRATO DE SEGURO. DPVAT. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE NÃO ATACA TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SUM. 283/STF. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 5º XXXV. INOCORRÊNCIA. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. (...) Ausente o pedido administrativo prévio perante a seguradora, não há que se falar em pretensão resistida a justificar a propositura da presente demanda, inexistindo, assim, interesse de se ingressar com a demanda em juízo. 2. É diferente o direito inafastável do acesso ao judiciário e o direito de petição. 3. Para que exista o direito processual de ação, devem estar presentes as condições da ação, sem os quais não se justifica o integral desenvolvimento da atividade jurisdicional. 4. Não existe a necessidade do esgotamento das vias administrativas, mas a necessidade do prévio requerimento administrativo, o indício de que deve existir a tentativa de fazê-lo, a ponte de gerar a pretensão resistida e configurar a necessidade, de intervenção do Poder Judiciário. (...)" (STF, RE 824.704, Rel. Min. LUIZ FUX, julgado em 29/09/2014, publicado em 02/10/2014) – grifo nosso.

Vale destacar que, no julgamento do RE nº 839.314, o em. Ministro Luiz Fux sustentou que "o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03.09.14, conforme se pode destacar do seguinte trecho da manifestação do referido julgado: "A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo (...)."

Com efeito, não se pode admitir que o Poder Judiciário, já tão assoberbado com o sempre contínuo aumento das demandas, seja a primeira via para concretização de direitos em relação aos quais o próprio Estado, através de legislação própria, disponibilizou ao cidadão a sua satisfação na via administrativa.

No caso dos autos, a parte autor anexou documentos (Id. 27579938, 27579941 e 27580349), no intuito de comprovar o prévio requerimento administrativo junto à seguradora.

No entanto, analisando os sobreditos documentos, verifica-se que o pedido nº 3190671751, além de não ter sido negado, referiu-se à cobertura DAMS (reembolso de despesas médicas e suplementares – art. 3º, inc. III, Lei nº 6.194/74) e não à indenização por invalidez permanente (art. 3º, inc. II, Lei nº 6.194/74). Como se vê, os pedidos deduzidos na esfera administrativa e judicial são distintos.



Ademais, oportunizado ao autor comprovar o prévio requerimento relativamente à indenização por invalidez, o autor não juntou qualquer documento visando comprovar suas alegações.

Nisso resulta a manifesta ausência de interesse de agir na espécie.

Ante o exposto, com fulcro nos artigos 485, inciso I, c/c 330, III, ambos do Código de Processo Civil, INDEFIRO a inicial e, por conseguinte, julgo EXTINTO o processo, sem resolução do mérito.

Escoado o prazo recursal, sem recurso voluntário, certifique-se o trânsito em julgado. Após, arquivem-se os autos, independente de nova conclusão. Interposto recurso voluntário, venham os autos conclusos na forma do art. 485, parágrafo 7º, do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Cumpra-se, com as cautelas legais.

Ingá, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito

